



## QUAL É A FACE DA POBREZA E DA INDIGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PARANÁ?

LOPES, Janete Leige (autora), TIDE, FECILCAM, [j\\_llopes@yahoo.com.br](mailto:j_llopes@yahoo.com.br)  
PONTILI, Rosangela (co-autora), FECILCAM, [rpontili@yahoo.com.br](mailto:rpontili@yahoo.com.br)

### INTRODUÇÃO

Há mais ou menos trinta anos atrás, um dos temas que mais preocupavam os pesquisadores era o desenvolvimento econômico. Hoje, o tema que requer maior atenção é o da pobreza e da exclusão social.

*“Não é que os temas da pobreza e da exclusão não estivessem presentes no passado; mas eles eram vistos como uma decorrência de problemas, deficiências ou desajustes na ordem econômica, política e social, que seriam resolvidos e superados na medida em que estes problemas, deficiências e desajustes fossem sendo equacionados”* (SCHWARTZMAN, 2004:1), mas é que hoje, o tema da pobreza aparece no primeiro plano, requerendo atenção imediata, norteador, inclusive os demais temas a partir do qual as políticas sociais se estruturam.

Nesse sentido, o grande desafio passou a ser a dimensão e a severidade da pobreza mundial, atuais. *“Dos cerca de 6.373 bilhões de seres humanos (em 2004), 850 milhões carecem de nutrição adequada, 1.037 bilhão não tem acesso à água potável e, 6 bilhões carecem de saneamento básico, 4 mais de 2 bilhões não têm acesso a medicamentos essenciais, 1 bilhão não tem moradia adequada e 2 bilhões vivem sem eletricidade”* (POGGE, 2007:144).

*Embora* as primeiras pesquisas sobre pobreza tenham sido realizadas no final do século XIX, foi a partir do processo de intensificação de internacionalização das economias capitalistas, ocorrido a partir da década de 1980, que a discussão sobre pobreza ganhou maior destaque. Questões como a falta de acesso a bens e serviços, a falta de perspectiva decorrente do desemprego, empregos ruins e instáveis gerando renda insuficiente para garantir um padrão de vida mínimo têm suscitado intensos debates na sociedade civil e em organismos nacionais e internacionais acerca da complexidade do tema.

Passou-se a discutir, principalmente, sobre o conceito e a dimensão da pobreza, que, do ponto de vista de Crespo & Gurovitz (2002), deve-se ser conceituada levando-se em conta algum “juízo de valor” em termos relativos ou absolutos, assim como pode-se



conceituá-la apenas do ponto de vista econômico ou incorporando aspectos não econômicos à análise.

Para os autores a conceituação de pobreza é *categorizada como “juízo de valor” “quando se trata de uma visão subjetiva, abstrata, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades. O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. O conceito relativo tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível”*. (CRESPO & GUROVITZ, 2002: 3-4).

No decorrer do século XX, três diferentes abordagens emergiriam a partir dos conceitos acima expostos: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa.

Nesse sentido, *“até a década de 50, a pobreza era entendida como falta de renda para suprir apenas a manutenção do rendimento físico dos indivíduos. Construído por nutricionistas, este enfoque foi chamado de sobrevivência ou biológico”*. (SALDANHA, 2003: 12). A partir de 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) *“adota uma nova concepção que amplia o enfoque da pobreza, com a inserção de outras necessidades básicas como saneamento básico, saúde, educação e cultura”* (CRESPO e GUROVITZ, 2002: 3-4 ).

De 1980 em diante, passa-se a entender pobreza como um conceito de privação relativa. Amartia K. Sen (1992) define pobreza como sendo uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido e prossegue dizendo que a privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição considerável, analfabetismo e outras deficiências. Uma definição que não despreza, de forma alguma, o fato de a pobreza também ser caracterizada como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido, pois entende o autor que uma renda baixa pode ser a razão primeira da privação de capacidades de uma pessoa.

Para Diniz e Arraez (2003) a pobreza possui um caráter material, que significa em última instância um estado de carência em relação a certo padrão mínimo, estabelecido socialmente, de necessidades materiais que devem ser atendidas em cada momento por um indivíduo. Sendo assim, torna-se necessário determinar a linha demarcatória para esse padrão mínimo que possa mensurar a pobreza.



Rocha (2001) também considerou essa relação entre a pobreza e a insuficiência de renda, ao associar a pobreza somente à ocorrência de renda baixa ou, mais especificadamente, a níveis de renda incapazes de atender às necessidades básicas num determinado momento no tempo.

Para o Banco Mundial (2001), a compreensão da reciprocidade entre as várias dimensões da pobreza ajuda a esclarecer suas causas e ampliar o número de áreas de atuação das políticas públicas.

Atualmente a pobreza é vista como um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões que se influenciam mutuamente. Neste sentido, os indivíduos em situação de pobreza possuem dificuldades em obter uma alimentação adequada, sendo comuns os casos de fome e desnutrição. Possui em geral, moradia inapropriada, acesso precário à água tratada ou saneamento básico o que resulta em doenças e até mesmo em morte.

Tendo em vista o acima exposto, este estudo tem por objetivo fazer uma análise sócio-econômica da população pobre e indigente do Município de Campo Mourão. A base de dados utilizada será a do Censo Demográfico – 2000.

Para atingir o objetivo proposto optou-se por dividir este estudo em 5 seções, além dessa introdução.

Na seção dois procurou-se apresentar de forma sucinta as discussões acerca da pobreza no Brasil. A seção três foi dedicada à apresentação da metodologia e da base de dados utilizados neste estudo, seguida dos resultados e discussões, na seção quatro e das considerações finais, na seção 5.

## **POBREZA NO BRASIL**

O Brasil, nas últimas décadas, vem confirmando, infelizmente, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania (BARROS et al, 2000: 1).

Segundo uma pesquisa realizada em 2004 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 13,9 milhões de pessoas passaram fome, e segundo pesquisa divulgada pela Fundação Getulio Vargas (FGV), o Brasil tem em seu território 50 milhões de pessoas vivendo em condições de indigência, com renda inferior a 80 reais por mês. Ou seja, 29,26% da população do país não conseguem atender minimamente a suas necessidades diárias.



Apesar de se ter constatado uma redução do percentual de pobres e indigentes na década 1970, Barros et al. (2000,) acreditam que o “*elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social*”. (BARROS et al, 2000: 1). Para os autores “*a desigualdade de renda, é tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural e se constitui na principal determinante da pobreza*”. (BARROS et al, 2000: 10).

No que concerne à concentração de renda no Brasil, é importante notar que, enquanto 1% das famílias mais ricas consome 15% da renda, mais de 85 milhões de pessoas, que compõem a metade mais pobre da população, consomem apenas 12%..

No relatório, elaborado em 2000, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a pobreza, afirmou que no Brasil, a maior parte dos benefícios sociais se destinava à classe média e aos ricos. Tal estudo também relatou que a persistência da pobreza decorria das diferenças de renda, alertando para o fato de que a má distribuição dos recursos existentes era a grande responsável pela persistência da pobreza no país.

Para Mercadante (2003), “*não é só a dimensão do problema distributivo que chama a atenção no caso brasileiro, mas a permanência deste padrão de desigualdade ao longo do tempo. Nos últimos 30 anos, foram marcados por períodos de rápido crescimento e de estagnação da economia, de inflação moderada ou acelerada e de relativa estabilidade de preços, contudo, a concentração da renda manteve, como regra, uma tendência à concentração. As exceções foram episódicas, como em 1986, com o Plano Cruzado, ou em 1995, com o controle da hiperinflação e o aumento significativo do salário mínimo, quando se verificaram melhorias passageiras no padrão distributivo. Estes avanços, no entanto, foram sempre revertidos em prazos relativamente curtos, dando lugar a processos de reconcentração da renda, como o que ocorreu na década passada*”. (MERCADANTE, 2003:37-38).

*De acordo com Medeiros (2003) a tese dominante nos meios acadêmicos, é a de que a persistência da pobreza e da elevada concentração de renda no país decorrem não só da desigualdade educacional, como também das distorções da política pública no que diz respeito, principalmente, a alocação dos gastos sociais.*

Nesse sentido, diversos estudos teóricos e empíricos passaram a analisar, o efeito do crescimento econômico sobre a pobreza e a desigualdade.

O crescimento econômico, que historicamente se afirmou no Brasil, responsável pela elevação da renda per capita brasileira a um patamar intermediário no concerto das nações, gerou, sublinha o diagnóstico,



elevada concentração da renda ao não promover uma maior difusão de ativos entre a população (MEDEIROS, 2003:326).

Embora o Brasil tenha registrado, durante o século XX, uma taxa média de crescimento superior à taxa de crescimento populacional os frutos desse crescimento, não foram distribuídos de forma homogênea, resultando em desigualdade social e pobreza.

Segundo Souza-Sobrinho (2001) *“apesar do Brasil, ter registrado um crescimento a renda per capita, durante o século XX, o Brasil apresenta uma proporção inaceitável de pessoas vivendo abaixo das condições mínimas de bem-estar, apesar de ter apresentado avanços nas últimas décadas, quando logrou elevar mais de 30 milhões de pessoas acima da linha da pobreza (número equivalente ao total de pobres existente hoje). Ao contrário do que sucedera com a desigualdade, nessas últimas três décadas dois fatos positivos explicam a forte redução da incidência da pobreza: o acelerado crescimento econômico durante os anos 70 e a estabilização monetária dos anos 90. Portanto, complementa o autor, o crescimento econômico e estabilidade são pré-condições cruciais para a redução da pobreza”* (SOUZA-SOBRINHO, 2001: 109, 28)

## METODOLOGIA E BASE DE DADOS

A metodologia do presente estudo fará uso da análise estatística descritiva a qual “baseando-se em resultados obtidos da análise de uma amostra da população, procura inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada” (MARTINS e DONAIRE, 1988, p. 18). Neste caso, far-se-á uma análise estatística descritiva de gráficos e tabelas que pretendem caracterizar as da população pobre e indigente do Município de Campo Mourão.

*“Um dos principais critérios utilizados na definição da linha de pobreza no Brasil estabelece que um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Esta definição de pobreza é amplamente utilizada como critério de elegibilidade para programas governamentais voltados para a população vulnerável. Já a linha de indigência é definida em 1/4 de um salário mínimo por mês”* (LOUREIRO & SULIANO, 2009:5)

Embora pobreza seja reconhecidamente uma síndrome de carências diversas, neste estudo pobreza estará associada somente à ocorrência de renda baixa, mais especificamente a níveis de renda considerados insuficientes para atender às necessidades básicas. A variável utilizada é a renda familiar per capita.

O Banco de Dados utilizado refere-se ao Censo Demográfico do IBGE, que é realizado a cada decênio e sua última coleta foi no ano 2000. No Censo 2000, para garantir



a confiabilidade de seus resultados e alcançar os melhores níveis de qualidade e transparência em todas as etapas de execução, utilizou-se de modernas tecnologias, como o mapeamento digital dos municípios com mais de 25 mil habitantes, escaneamento e leitura ótica dos questionários, controles gerencial e operacional via internet, entre outras inovações tecnológicas. Com os microdados do Censo Demográfico/2000, do Município de Campo Mourão-Pr, selecionou-se somente pessoas pobres e indigentes. São consideradas, segundo o critério da renda, pessoas pobres aquelas que recebem renda per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e pessoas indigentes aquelas que recebem renda per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Para fazer a seleção do banco de dados e a análise estatística dos mesmos utilizou-se o *SAS for Windows V8*.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ano 2000, foi realizado em todo o país o Censo Demográfico, o qual investiga as características sócio-econômicas da população. No período em questão o município de Campo Mourão contava com uma população de 80.476 habitantes. Desse total 41.607 são do sexo feminino e 38.869 são do sexo masculino.

Campo Mourão é um município caracterizado pela produção agrícola, porém, a grande maioria da sua população reside na área urbana, isto é, 74.754 pessoas, enquanto na zona rural vivem apenas 5.722 indivíduos.

O coeficiente de Gini é um indicador que mede o grau de concentração de renda e, o município de Campo Mourão apresentou um valor de 0,57. Isso significa que, como o coeficiente de Gini varia entre 0 (perfeita igualdade de renda) e 1 (desigualdade máxima de renda), temos um valor que indica a média concentração de renda no município. A densidade populacional ou densidade demográfica é uma medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território, geralmente aplicada a seres humanos, mas também em outros seres vivos (comumente, animais). Esta medida geralmente é expressa em habitantes por quilômetro quadrado. No caso de Campo Mourão, o município possui uma Densidade Demográfica 107,84 habitantes por quilometro quadrado. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é mais adequado para avaliar as condições de núcleos sociais menores. Este índice mede o nível de desenvolvimento humano a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Campo Mourão neste caso possui um IDH-M de 0,774, o que é considerado como um desenvolvimento humano médio.

Como o objetivo deste estudo é fazer uma análise sócio-econômica da população pobre e indigente do Município, então as estatísticas, a partir de agora, corresponderão apenas a esta população.

Nesse sentido apresenta-se no gráfico 1, o total da população pobre e indigente, em comparação com a população total de Campo Mourão.

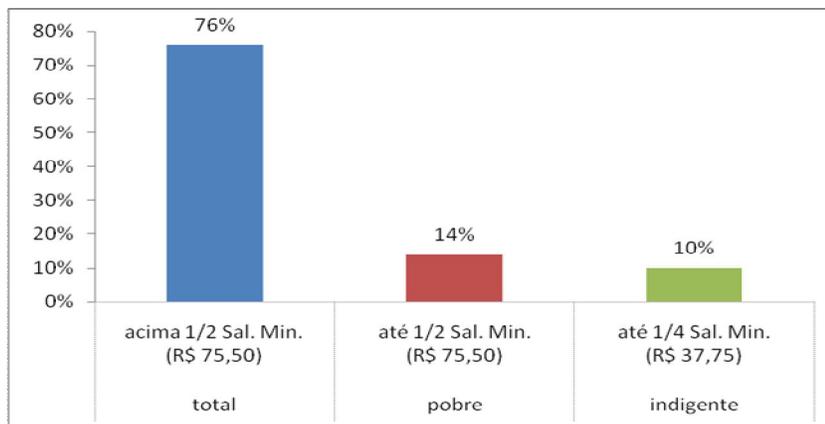


Gráfico 1: Total da população pobre e indigente do Município de Campo Mourão.  
Fonte: Censo Demográfico 2000

Observa-se que do total da população de Campo Mourão, que é de 80.476, 14%, ou seja, 11.265 pessoas encontram-se vivendo em situação de pobreza e 10%, ou seja, 7.921 pessoas em situação de indigência. Conforme destacado no gráfico, pessoas pobres são aqueles que sobrevivem com no máximo  $\frac{1}{2}$  salário mínimo por mês e indigentes são aquelas que sobrevivem com, no máximo,  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

No gráfico 2, pode-se verificar o fato dessas pessoas estarem trabalhando ou não, Nota-se que, dentre as pessoas pobres, 8.297 declararam não trabalhavam na época de realização do censo, ou seja, das 11.265 pessoas em estado de pobreza, 74,31% não trabalhavam. O mesmo padrão verificou-se também em meio aos indigentes, ou seja, das 7.921 pessoas indigentes, 88,5% não trabalhavam no momento da pesquisa.



Gráfico 2: Total da população pobre e indigente do Município de Campo Mourão segundo o fato de estarem trabalhando ou não.

Fonte: Censo Demográfico 2000

Na sequência procurou-se verificar qual era o sexo predominante entre as pessoas pobres e indigentes. Segundo as estatísticas, o percentual de mulheres é maior que dos homens tanto em meio às pessoas pobres quanto dos indigentes. Pode-se observar, pelo gráfico 3, que no caso das mulheres, estas representam 52,21% e 52,99% das pessoas pobres e indigentes, respectivamente. Já em relação aos homens estes percentuais correspondem à 47,79% e 47,01%, das pessoas pobres e indigentes, respectivamente.

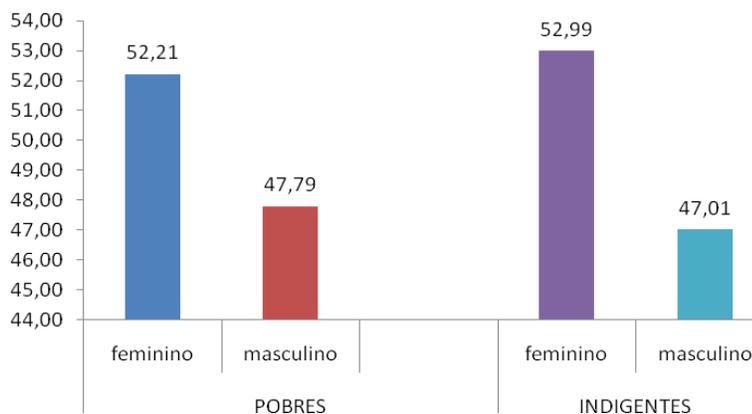


Gráfico 3: Total da população pobre e indigente do Município de Campo Mourão segundo o sexo.

Fonte: Censo Demográfico 2000

Outra variável observada neste estudo foi a idade das pessoas em situação de pobreza e miséria (indigência). Observou-se que no grupo da população considerada pobre, 45,91% são crianças e adolescentes com idade entre 0 e 17 anos, contudo a idade que predomina entre as pessoas pobres é dos 25 e 44 anos, o percentual de pessoas nessa faixa etária é de 26,58%. No caso das pessoas indigentes, 50,74% são crianças e

adolescentes e neste grupo também, predomina a faixa etária dos 25 aos 44 anos, correspondendo a 26,02% do total da população indigente.

No que diz respeito a relação entre, educação e desigualdade salarial, diversos autores tem afirmado que a educação é o principal fator de melhores salários no futuro. Sendo assim, este estudo procurou verificar se os grupos analisados (pobres e indigentes) ainda estavam estudando, e constatou através do gráfico 4 que do total as pessoas pobres, 64% não frequentavam a escola, ou seja, 7.258 não estudavam. Das pessoas indigentes, este numero representava 5.088 pessoas fora da escola.

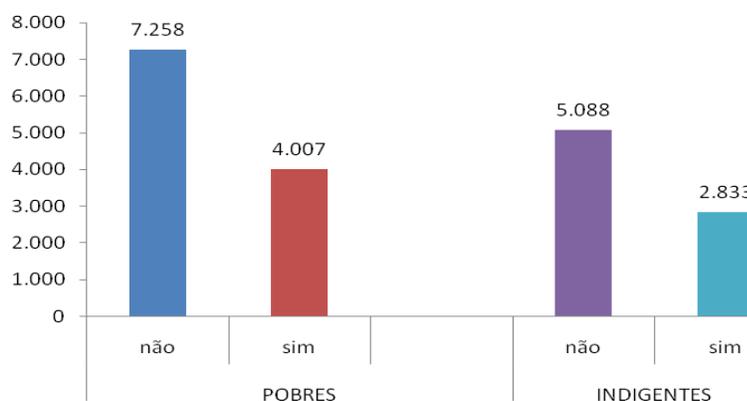


Gráfico 4: Total da população pobre e indigente do Município de Campo Mourão segundo a o fato de estarem estudando ou não.  
Fonte: Censo Demográfico 2000

Neste estudo procurou-se também verificar qual era o percentual da população pobre a indigente, segundo os anos de estudo

No gráfico 5, apresenta-se as estatísticas contendo informações sobre o numero de anos de estudo dessas duas populações. Nota-se que, 31,84% da população pobre, não possuem nenhuma instrução escolar, 35,05%, tem de 1 a 4 anos de estudo, Nota-se que estes percentuais vão se reduzindo conforme aumenta o numero de anos de estudo. Em relação aos indigentes a situação é ainda pior, 37,91% não tem nenhuma instrução e 33,48% tem de 1 a 4 anos. Neste grupo também se constatou que, os percentuais se reduzem conforme aumenta os anos de estudo.

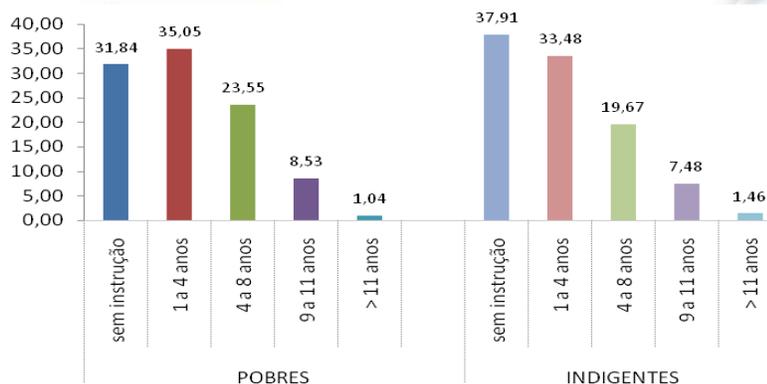


Gráfico 5: Total da população pobre e indigente do Município de Campo Mourão segundo o número de anos de estudo.

Fonte: Censo Demográfico 2000

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo verificar quantos e quais eram as condições sócio-econômicas da população pobre e indigente do Município de Campo Mourão – Paraná.

Utilizando-se a base de dados do Censo Demográfico 2000, foi possível verificar que de um total de 80.476 habitantes do Município de Campo Mourão, 14% são pessoas pobres e 10% indigentes, sendo que: o maior percentual de pessoas pobres e indigentes é composto por mulheres; o número de anos de estudo dessas populações é de no máximo 4 anos; a faixa etária predominante entre pobres e indigentes são de pessoas entre 25 e 44 anos; no momento da pesquisa, a grande maioria da população pobre e indigente não estavam trabalhando e nem estudando, e, por fim, a maior parte destes declarou-se ser da cor branca.

De acordo com o crescimento, que historicamente se firmou no Brasil, este gerou elevada concentração de renda ao não promover uma distribuição justa dos benefícios desse crescimento entre a população. Significa dizer que o conjunto de políticas públicas que visavam o crescimento e, portanto, o desenvolvimento econômico se processou de forma desarticulada com a inclusão social.

Nesse sentido, este estudo sugere que os governos busquem uma via de desenvolvimento orientada para a redução da pobreza e da indigência, principalmente políticas educacionais focalizadas, principalmente na criança, pois a pobreza transmite-se intergeracionalmente, e as crianças pobres de hoje é que formarão a população de adultos excluídos no futuro, num círculo vicioso.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: luta contra a pobreza**. Washington, D.C.: 2001. 276 p.

BARROS, R.P. & HENRIQUES, R. & MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev.2000.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Trabalho Infantil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico, 2000**.

CRESPO, A. P. A. & GUROVITZ, E. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE-Eletrônica, vol.1, no 2, jul-dez/2002. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>

DINIZ, Marcelo B., ARRAEZ, Ronaldo A. *Trajetória recente da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas do Brasil*. Brasília: XV Congresso Brasileiro de Economistas, 2003.

Folha Uol, **Brasil potencia: 14 milhões de brasileiros passam fome**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107755.shtml>. Acesso em 21/08/2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Caderno estatístico município de campo mourão. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87300&btOk=ok>>. Acesso em 20 de ago. 2010.

LOUREIRO, A. O. F. & SULIANO, D. C. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Disponível em: [www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br), agosto/ 2003. Acesso em: 25/08/2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DONAIRE, Denis. **Princípios de estatística**. São Paulo: Atlas, 1988.

MEDEIROS, A. A. de. **Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil**. *Ensaio FEE, Porto Alegre*, v. 24, n. 2, p. 323-50, 2003.

MERCADANTE, A. **Construindo estratégias para combater a desigualdade social: uma perspectiva sócio-econômica**. In: Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Org. Jorge Werchein e Marlova Jovchelovitch Noletto. Ed. UNESCO. Brasileira, dez/2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. Disponível em: <<http://www.campomourao.pr.gov.br/cidade/>>. Acesso em 20 de ago. 2010.

POGGE, Thomas W. **Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um dividendo dos recursos globais**. Revista Internacional de Direitos Humanos, Número 6, ano 4, 2007.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil. O que há de novo no limiar do século XXI?* Niterói, RJ: Revista Economia – ANPEC, vol.2, 2001.



SALDANHA, C. L. **Agricultura Familiar e Desigualdade: Análise do Nível de Pobreza do Sistema de Produção Agrícola do Vale do Acre.** Monografia apresentada ao curso de Graduação em Economia da Universidade Federal do Acre como requisito parcial para obtenção do Grau em Bacharel em Ciências Econômicas, fevereiro/2003

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza no Brasil.** Editora: Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2004. 208 p.

SEN, A. K. **Sobre Conceptos y Medidas de pobreza.** In: Comercio Exterior, vol 42, número 4. México, abril de 1992. 23 p.